

# Globalização, poder e medo

*Renato Ortiz\**

Qual a dimensão da crise que conhecemos? Qual a sua amplitude? Seria esta uma crise qualquer? Prenunciaria ela um futuro negro ou promissor? As dúvidas e as perguntas poderiam ser multiplicadas. Poderíamos inclusive analisar exaustivamente as medidas idealizadas pelos economistas (eles são como os feiticeiros nos dão a ilusão de que um dia nossos pedidos serão atendidos): aumento da taxa de juros, desvalorização da moeda, incremento das exportações, ajuste fiscal, etc. Creio porém que essas propostas têm fôlego curto, dificilmente contemplam e explicam as causas do fenômeno que nos envolve. Talvez fosse o caso de suspendê-las momentaneamente do debate (o que não significa dizer que não sejam importantes) e olharmos as coisas de uma outra maneira. Exercício aparentemente inútil mas quem sabe necessário.

Discute-se muito sobre o destino do Estado-nação no contexto de um mundo globalizado. Alguns afirmam, ele tornou-se obsoleto, outros, que permaneceria intacto às mudanças recentes - bastaria alguns ajustes para recolocá-lo na "boa direção". A meu ver esta polarização entre duas posições excludentes tem um que de reducionista. A rigor, o que denominamos de globalização, redefine o papel do Estado-nação sem necessariamente implicar no seu desaparecimento. O problema está portanto em determinar o que se entende neste caso por "redefinição". Cabe lembrar que a globalização, em função dos domínios nos quais se expressa, tem um ritmo diferenciado. Por exemplo, a economia e a cul-

---

\* Professor do IFCH da UNICAMP.

tura são fortemente atravessadas pelas transformações atuais. Há de fato uma economia em escala global e um efetivo movimento de mundialização da cultura. No entanto, o mesmo não ocorre em relação à esfera da política. O Estado-nação conserva dois tipos de atividades essenciais à organização da sociedade: o monopólio da força (exército e polícia) e a administração da política. O monopólio da força lhe dá condições para garantir a ordem interna e eventualmente fazer a guerra. Monopólio, sabemos, brasileiros e latino-americanos, muitas vezes transborda as fronteiras da ordem democrática: regimes militares no Brasil, Chile, Argentina, Uruguai. Enquanto governo, o Estado tem ainda a capacidade de legislar e de conduzir os homens e mulheres vivendo em seu território. Seu arcabouço jurídico é uma peça importante na garantia dos direitos individuais e da liberdade dos cidadãos. A política é também prerrogativa dos partidos, sindicatos e movimentos sociais. Cada uma dessas instituições luta por suas convicções e por seus ideais. Mas, apesar das disputas e das hostilidades que as separam, há um postulado partilhado por todos: o Estado é o lugar privilegiado para a concretização da ação política. Só ele detém um conjunto de tecnologias e de meios necessários para uma atuação de grande envergadura: política industrial, monetária, agrícola, educacional, etc. Os partidos disputam entre si o acesso à esses meios. Tê-los à sua disposição conferiria materialidade às suas propostas específicas. O Estado é portanto um espaço de poder. A partir de seu núcleo são irradiadas proposições nesta ou naquela direção. A via ao poder pode certamente variar: autoritária (golpe), democracia parlamentar (eleições). Independentemente porém da forma considerada (existem diferenças substantivas entre elas) o cerne da questão que estamos discutindo permanece o mesmo. Supõe-se, uma vez no poder, que os governantes conseguirão agir segundo seus cálculos e seus interesses. Em princípio todo governo tem a potencialidade para elaborar metas, manipulando os meios de que dispõe, ele poderá ou não atingir seus objetivos.

A globalização traz um dado novo nisso tudo. Ela sugere uma pergunta amarga: o poder, ou para ser mais preciso, partes substantivas do poder, passam necessariamente pelo Estado-nação? Se dissermos que sim a crise atual em princípio conseguirá ser equacionada dentro dos limites das políticas nacionais. Medidas objetivas, evidentemente diversificadas, poderiam ser consideradas para enfrentá-la com um relativo sucesso. Entretanto se a resposta for negativa, as conseqüências são outras. Aí devemos admitir, o que suspeito seja verdadeiro, que parcelas substantivas de poder se articulam fora do âmbito do Estado-nação (corporações transnacionais, bancos, FMI, G-7, etc). O que significa dizer: o Estado não possui capacidade para controlar e administrar um conjunto de variáveis que atingem duramente sua população. Seus objetivos lhe escapam das mãos. Dito de maneira sintética: há um divórcio entre poder e política. Entre a arte de governar e ter poder abre-se um abismo. A crise atual desnuda a impossibilidade do Estado em arbitrar questões que fogem ao seu alcance, à sua "jurisdição". E já não se trata mais de aspectos secundários da vida de uma nação, sua própria organicidade, sua "soberania" encontra-se comprometida. Radicalizando o argumento eu diria: o Estado é lugar de política mas esvaziado de poder.

Daí o medo. As incertezas decorrem da incapacidade em se prescrever uma ação efetiva. O pânico não é tanto fruto do tamanho da crise mas da impossibilidade em se afrontá-la de maneira eficaz. Os meios à disposição são escassos e insuficientes. E sintomática a maneira como a crise atual tem sido descrita pelos governantes e pela mídia. "Onda". "Maré". "Vamos esperar o mercado se acalmar". Os termos usados sugerem uma naturalização dos problemas. Como se eles pertencessem ao reino da natureza e nada pudesse ser feito para contê-los. "Onda" e "maré" são fenômenos naturais, e sabemos, de nada adianta "remar contra a maré". Os fatos escapariam assim ao entendimento e ao alcance dos homens. A "calmaria" é bem vinda, celebrada entusiasticamente: "as bolsas subiram". Mas a desconfiança per-

siste, não há garantia a respeito do futuro, ele é incerto. Ninguém controla o "oceano" a "onda" pode retornar. Diante deste quadro o Estado tomará certamente as medidas cabíveis, elas serão no entanto apenas reativas. O poder que lhe resta permite-lhe apenas ajustar-se à um quadro que o transcende. Por isso multiplicam-se no horizonte os sinais vindos do exterior (ou seja, fora do núcleo dos governos nacionais): "o discurso de Clinton prometendo ajuda à América Latina", "a pauta da próxima reunião do G-7", "empréstimos fabulosos", ou o confortável argumento "a quebra da economia brasileira arrastaria consigo toda a América Latina". A intuição nos diz é "lá fora" que se encontra o verdadeiro jogo do poder.

Mas aonde residiria este poder? Se o processo de globalização, como dizem os estudiosos, implica num descentramento das relações sociais, torna-se difícil precisar a existência de um único espaço de poder (por exemplo o FMI). Nos encontramos na verdade diante de linhas de força que se caracterizariam mais por sua difusão do que por sua concentração. Isso aumenta a sensação de incerteza pois não conseguimos nomear nem a fonte dos problemas nem as instituições capazes de contorná-los. Se estivéssemos frente à um movimento imperialista, apesar das adversidades e das contradições que isso viesse acarretar, poderíamos dizer: ele provém dos "Estados Unidos" ou da "União Soviética". Cada um desses lugares seria o núcleo e a causa de nossos dilemas. Mas já não mais existe "um" centro, torna-se impossível circunscrevê-lo, até mesmo nomeá-lo. Em tempos de globalização o medo é uma das expressões do descentramento do mundo.